

DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Porto Alegre funcionou

A pesquisa em que a deputada Maria do Rosário (PT-RS) desponta como líder para a prefeitura da capital gaúcha foi lida dentro do partido como um sinal de que o trabalho do governo federal, nesse período trágico das enchentes, foi bem recebido pela população. Agora, os petistas consideram que o momento é de tentar agregar aliados.

A política em Lisboa

Governo e oposição têm encontro marcado a partir do dia 26, no XII Fórum Jurídico de Lisboa — este ano com o tema “Avanços e recuos da globalização e as novas fronteiras: Transformações jurídicas, políticas, econômicas, socioambientais e digitais”. Sob a batuta do ministro Gilmar Mendes, o evento colocará, num mesmo painel sobre judicialização da política, a vice-governadora do Distrito Federal, Celina Leão, e o líder do governo no Senado, Randolfe Rodrigues (sem partido-AP).

E com diálogo

Em outro momento, num painel sobre o governo de coalizão e o papel de políticas públicas, estarão à mesa o presidente do PP, senador Ciro Nogueira (PI), e o prefeito de Recife, João Campos. A abertura, na próxima quarta-feira, terá a presença do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Serão três dias de muitos debates e bastidores.

Petrobras escapa

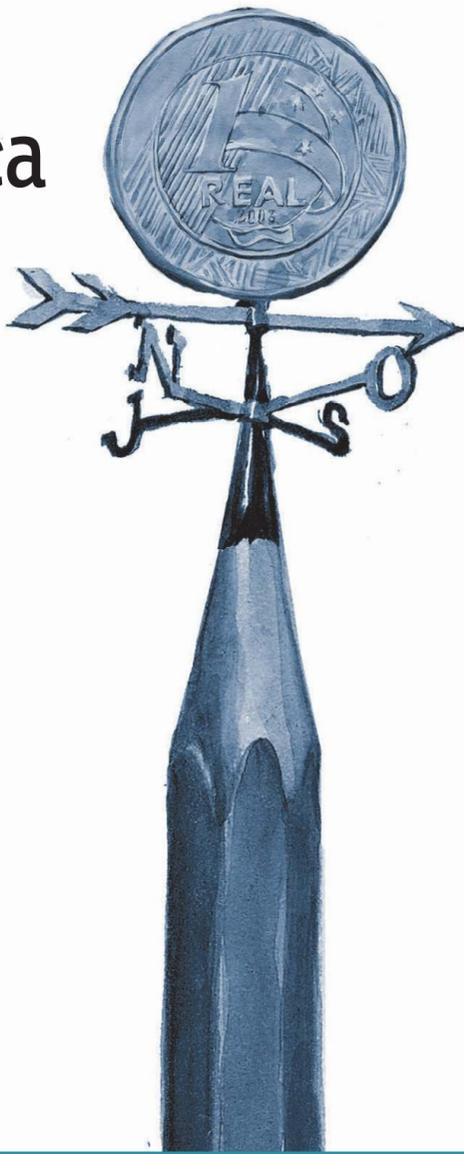
O dólar alto resiste, diante as incertezas fiscais no Brasil e do cenário externo, mas as ações da Petrobras subiram. No campo político, a avaliação é de que o discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de investimentos na empresa, pegou bem junto ao mercado financeiro.

Área econômica diverge de Lula

Em conversas reservadas, técnicos do Ministério da Fazenda têm dito que a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom), de manter os juros no mesmo patamar, foi a saída mais acertada, diante do contexto que o assunto ganhou. Se baixasse, a leitura seria de rendição às pressões políticas. Se aumentasse, o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, seria ainda mais acusado de jogar politicamente. A equipe considera que “pulou” essa fogueira, para separar as estações política e econômica.

» » »

Passada a novela dos juros, o movimento em curso está no sentido de reforçar a posição do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no Congresso. Afinal, depois do fracasso da medida provisória que mudava as regras dos créditos do PIS-Cofins, o momento é de respirar e refazer o traçado. Nesse sentido, até o próximo Copom, há uma janela para que governo reforce sua posição.



CURTIDAS

Ometto mais light/ No seminário Lide Futuro, com jovens empreendedores na casa Lide, em São Paulo, o CEO da Cosan, Rubens Ometto, apresentou um discurso bem mais ameno do que aquele feito no início do mês, no Fórum Esfera, no Guarujá (SP). Mas foi claro a dizer que é preciso enfrentar as dificuldades: “Você não pode se conformar”, frisou.



Marina Ramos / Câmara dos Deputados

A luta não acabou I/ Ainda que Arthur Lira (foto) tenha jogado o projeto que endurece a lei do aborto para escanteio, a sociedade civil continuará mobilizada contra a proposta. Um manifesto assinado por 45 organizações, em especial associações de advogadas e juristas, reforça o coro e alerta que o texto, se aprovado, ampliará as desigualdades sociais.

A luta não acabou II/ No manifesto, as associações e ONGs pedem que os congressistas atentem para a necessidade de legislações que ampliem o apoio às vítimas de estupro, e não à criminalização de meninas e mulheres que sofrem esse tipo de violência.

Jogos de azar, maconha, aborto.../ Com a reforma tributária em fase de gestação no grupo de trabalho da Câmara, e a resistência dos políticos em debater amplamente as contas públicas, a pauta de costumes impera no Legislativo e no Judiciário.

GOVERNO / Lula adianta que está nas mãos do ministro Ricardo Lewandowski a elaboração de uma proposta, que será fechada com a colaboração dos governadores. Minuta deve ser apresentada ao presidente em 15 dias

Plano de segurança na agenda

» VICTOR CORREIA

O governo federal está elaborando um plano nacional para a segurança pública, a cargo do ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, e uma minuta deve ser apresentada em 15 dias. Foi o que adiantou, ontem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, frisando que ouvirá os governadores para se chegar a um formato que contemple todas as sugestões.

“Vou apresentar (o plano) para o Brasil e com uma discussão com os governadores. Quero convidar todos, de todos os partidos políticos. Primeiro, tenho que ouvir a proposta do ministro Lewandowski. Depois, ouvir o que os governadores têm a dizer para, depois, a gente construir. A gente não pode anunciar algo que não seja eficaz”, explicou Lula, em entrevista à Rádio Verdinha, em Fortaleza.

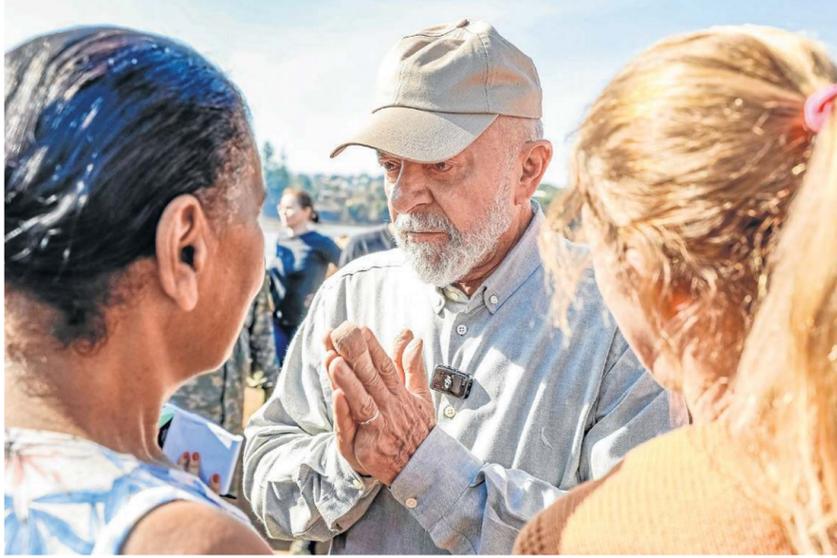
O presidente, porém, não adiantou pontos do plano. Justificando que não pode correr o risco de anunciar algo que, futuramente, se prove ineficaz. Segundo Lula, a segurança pública “sempre será um grande problema” para o país.

Segundo o presidente, Lewandowski apresentará as primeiras diretrizes em 15 dias. No processo de discussão, Lula deixou claro que ouvirá ministros que já foram governadores, como Rui Costa (Casa Civil) e Camilo Santana (Educação). “Quero pegar essa experiência acumulada dos governadores para que a gente possa chamar aqueles que estão exercendo o cargo hoje a dar uma contribuição”, salientou.

Tão logo assumiu o Ministério da Justiça e Segurança Pública, sucedendo ao hoje ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino, Lewandowski sinalizou que pretendia criar diretrizes que deveriam ser seguidas por todos os entes da Federação. Ele, inclusive, deixou claro que quer implementar o Sistema Único de Segurança Pública (Susp), criado em 2018.

Em abril, em um seminário em São Paulo, Lewandowski argumentou que é preciso incluir o Susp na Constituição, assim como foi feito com o Sistema Único de Saúde (SUS). Dessa forma, o governo federal passar a atuar mais diretamente na segurança pública — uma prerrogativa de estados e municípios, que têm autonomia

Ricardo Stuckert/PR



para gerir as polícias judiciárias e ostensivas, além das guardas civis.

Professores

Na entrevista, Lula também foi questionado sobre a greve

na educação federal. Servidores técnico-administrativos estão paralisados há mais de 90 dias e os professores, há mais de 60. O presidente reforçou que a oferta do governo é a melhor que pode ser feita neste ano. E criticou

os grevistas por prejudicarem os estudantes.

“Disse a eles: vocês não estão prejudicando o Lula, o governo. Estão prejudicando, na verdade, os alunos, que estão perdendo bons dias, boas horas de aula. No meu



Quero pegar essa experiência acumulada dos governadores para que a gente possa chamar aqueles que estão exercendo o cargo hoje a dar uma contribuição”

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sobre o plano nacional de segurança pública

governo, não falta oportunidade de conversar e negociar. Oferecemos entre 28% e 43% de reposição (de 2023 a 2026). Demos muitos benefícios, que muita gente sequer imaginava que poderíamos dar. Antecipamos 9% no ano passado. Fico triste porque ninguém agradeceu os 9% e estão fazendo greve pelos 4,5%”, lamentou.

» **LEIA MAIS** na página 5

ABORTO

Fiocruz define posição contra PL

» FABIO GRECCHI

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) divulgou nota, ontem, na qual se posiciona contrariamente ao Projeto de Lei (PL) 1904/24 — que iguala o aborto após a 22ª semana de gravidez ao homicídio e torna a pena a

mulher que interromper a gestação nesse período, e do profissional que realizar o procedimento, mais dura do que a de quem cometeu o estupro. Segundo a instituição, o texto representa um retrocesso e uma ameaça à saúde feminina.

“O Estado brasileiro deve garantir acesso a políticas de

prevenção, proteção e suporte às vítimas de violência e ao abuso sexual. A gravidez em vítimas de estupro, sobretudo crianças, exige uma abordagem sensível e baseada em direitos para que os efeitos possam ser minimizados e que lhes sejam garantidas a chance de uma vida digna”, salienta.

De acordo com a Fiocruz, “a gravidez resultante de estupro é uma tragédia social de grande impacto na saúde física e mental, assim como na vida de estudo, laboral e de lazer, especialmente quando a vítima é uma criança. Meninas podem não saber que estão sendo violentadas e que esta violência sexual pode provocar uma gestação. Sintomas do gestar não fazem parte do universo simbólico de crianças,

que podem ter dificuldades em identificá-los”.

A urgência o PL foi aprovada, em apenas 24s, na sessão de 12 de junho da Câmara dos Deputados. A repercussão contrária foi imediata e, pelas redes sociais, houve uma sequência de convocações para manifestações — há, inclusive, atos marcados em várias capitais neste fim de semana.

Isso obrigou o presidente da

Câmara, Arthur Lira (PP-AL), a recuar e a anunciar que uma comissão para analisar o PL e colher depoimentos de correntes contrárias e favoráveis à matéria. Os trabalhos do colegiado devem começar em agosto.

Mas, apesar da formação da comissão, não há a garantia de que o PL seja votado, pois vários deputados que o apoiaram retiraram a assinatura devido à repercussão negativa.